



VEREADORES fizeram vitoria na Baía de Vitória durante os trabalhos da CPI e afirmam que encontraram minério despejado no mar

SAIBA MAIS

Nova meta de qualidade do ar

Indiciamento

> OS VEREADORES propuseram o indiciamento das empresas na Lei de Crimes Ambientais e também no Código Penal. Dentre os artigos, estão o de perigo para a vida e saúde de outrem, lesão corporal e práticas de crimes ambientais contra a saúde humana.

Meta

> ELES QUEREM que sejam estabelecidas metas de qualidade do ar, com 5g/m²/mês até 16 de dezembro de 2022. Hoje, um decreto estadual estabelece 14g/m²/mês.

Indenização

> POR DANOS ao patrimônio e à saúde de moradores, os vereadores querem que as empresas se-

jam obrigadas a indenizar o SUS, por causa dos gastos com remédios, e moradores que tiveram problemas de saúde, gastos com manutenção de casas e outros.

Controle

> OS VEREADORES propuseram a criação de uma comissão permanente de fiscalização na Câmara e uma na prefeitura. Também querem que o Ministério Público Federal intervenha na questão da qualidade do ar.

Estruturação

> OS VEREADORES querem, dentre outros, a estruturação de órgãos ambientais para melhorar os mecanismos de fiscalização.

Transparência

> UM MECANISMO de medição da qualidade do ar deve ser amplamente divulgado, inclusive com painéis digitais espalhados pela cidade. E também querem que os acordos com as empresas sejam feitos de forma transparente.

Impedimento

> VEREADORES que tiveram financiamento de campanha de empresas poluidoras não poderão participar da comissão de meio ambiente da Câmara Municipal.



REUNIÃO da CPI: investigação

CPI DO PÓ PRETO

Empresas acusadas de crimes ambientais

Vereadores pediram indiciamento da Vale e da Arcelor. Eles acusam as empresas de provocar prejuízos à saúde da população

Daniel Figueredo

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto da Câmara de Vereadores de Vitória apontou as empresas Vale e Arcelor-Mittal como poluidoras e responsáveis por danos à saúde e ao patrimônio dos moradores.

O relatório aponta como irrefutáveis as provas de que as empresas são as causadoras da poluição e responsáveis pelos danos causados à população. Uma comissão vai ser formada pela câmara para fiscalizar mensalmente as empresas.

Os vereadores querem que as empresas sejam processadas para pagar, dentre outros, danos ao patrimônio e à saúde de moradores e gastos do SUS. Também pediram que as empresas sejam indiciadas por crimes ambientais contra a saúde humana, por colocar em perigo a vida ou saúde das pessoas, por lesão corporal e homicídio.

Segundo o vereador Davi Esmael, que presidiu a CPI, ficou provado que a poluição é causada pelas duas empresas. “As poluidoras

precisam pagar pelos danos à saúde, ao meio ambiente, pela degradação de casas e outros.”

Segundo o relator da CPI, o vereador Rogerinho, há necessidade de estruturar os órgãos de fiscalização e controle. “Os estudos também têm de ser financiados pelo poder público. As empresas financiam, estudam e apresentam. Isso tira a credibilidade do processo.”

O vice-presidente da CPI, o vereador Vinícius Simões, lembrou que, durante a apuração do caso, eles fizeram uma fiscalização

no mar da Baía de Vitória e encontraram minério despejado no mar.

“Não custa admitir que poluem e que precisam cobrir, enclausurar o minério. Os órgãos competentes precisam agir de acordo com o que exige a sociedade”, afirmou.

O vereador Fabrício Gandini, que era membro suplente da CPI lembrou, no entanto, que é necessário continuar a cobrança. “A CPI iniciou o processo de responsabilidade, mas é preciso dar continuidade nos outros órgãos, fiscalizando de forma permanente.”

O QUE DIZEM OS VEREADORES



DAVI ESMAEL, presidente da CPI

“As empresas precisam pagar pelos danos causados à saúde, ao meio ambiente e pela degradação das casas dos moradores”



ROGERINHO, relator da CPI

“É muito importante estruturar melhor os nossos órgãos de fiscalização para que possamos atingir melhores índices no futuro”



VINÍCIUS SIMÕES, vice-pres. da CPI

“A CPI provou as irregularidades nas emissões de poluentes dessas empresas. Fiscalizamos e vimos a poluição no mar”



FABRÍCIO GANDINI, membro suplente da CPI

“A CPI iniciou um processo que termina com a ação de outros órgãos. Temos de fiscalizar de forma permanente”

Prefeitura vai usar relatório em plano contra poluição

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto vai ser utilizado pela Prefeitura de Vitória para complementar um plano contra a poluição, que está sendo elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Segundo o secretário da pasta, Max da Mata, o relatório será utilizado no alinhamento das ações que serão adotadas pela prefeitura. “Por exemplo, a questão da publicidade dos dados de qualidade do ar de forma automática já estava em nosso plano. Isso seria pela internet e por aplicativo. Vamos estudar como poderemos implementar os painéis de informação.”

Ele afirmou que está sendo negociada a instalação de mais duas estações de monitoramento da qualidade do ar na capital. “Assim, teríamos 80% do município com o monitoramento. Isso está incluso nas condicionantes da oitava usina

de pelotização da Vale.”

Ele afirmou ainda que já há fiscalização do órgão municipal em relação às empresas. O Ministério Público Federal e o Instituto Estadual de Meio Ambiente disseram que não foram notificados e não iriam se pronunciar sobre o relatório.

O OUTRO LADO

Não notificados

A ArcelorMittal e a Vale informaram que ainda não foram notificadas sobre o relatório e não iriam se pronunciar.

A ArcelorMittal informou por meio da assessoria de imprensa que implementa, desde 2014, investimentos da ordem de 100 milhões de dólares, para melhorar controles ambientais.